



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BOA**



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**1 – JUSTIFICATIVA**

A Contratação de Serviço na Emissão de Certificado Digital, para atender as necessidades da câmara, destina-se para atender as necessidades da câmara na assinatura eletrônica de documentos e para acesso ao Passaporte e sistema de envios ao COLARE do Tribunal de Contas dos Municípios.

**2 – OBJETO**

Contratação de Serviço na Emissão de Certificado Digital, para assinatura eletrônica de documentos da câmara municipal de Vila Boa – GO.

**3– DETALHAMENTOS DO OBJETO**

3.1 – As quantidades e especificações dos itens a serem licitados serão conforme planilha em abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	quantidade	Unidade
1	Contratação de Serviço de Emissão de Certificado Digital e-CPFA1.	4	unidade
2	Contratação de Serviço de Emissão de Certificado Digital CNPJ.	1	unidade

Valor Total Estimado: R\$ 730,00 (setecentos e trinta reais)

**4. DA ENTREGA E PRAZOS**

4.1. O prazo para prestação do serviço será de imediato, no ato da contratação, conforme solicitado pela Câmara.

**5 – OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

5.1 Constituem obrigações do CONTRATADO, além de outras previstas nos documentos contratuais e legislação pertinente, as seguintes:

5.1.1. Fornecer todos atos contratados

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

**6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 A Contratante obriga-se a:

6.1.1 Receber provisoriamente os serviços contratados mediante regular aferição de seu andamento

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços contratados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

6.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da fornecedora, através dos servidores especialmente designados para esta tarefa;

6.1.4 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

6.1.5 Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços fornecidos, para que sejam corrigidos;

6.1.6 Enviar cópia da Nota de Empenho registrada e emitida em favor do fornecedor contratado, em data compreendida durante a vigência do contrato assinado.

6.1.7 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, bem como fornecer toda documentação necessária para o regular funcionamento do serviço contratado.

6.1.8 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, de igual objeto do instrumento contratual, de forma a garantir que continuem a serem os mais vantajosos para a Administração Pública.

## 7 – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será realizado até 05 dias após o protocolo da nota fiscal.

7.2 – O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal, contendo:

- a) Data de emissão;
- b) Estar endereçada a Câmara Municipal de Vila Boa/GO, CNPJ: 01.643.012/0001-05, com endereço na Praça dos Três Poderes, Qd 32, s/n, Bairro Jardim Nova Aurora – Vila Boa – GO.
- c) Valor unitário;
- d) Valor total;
- e) A especificação dos produtos entregues;
- f) Menção ao presente processo de dispensa de licitação e ao respectivo contrato.

7.3 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus contratante.

7.4 - Se for constatado que o fornecimento do produto não atende às condições estipuladas no termo de referência a contratante se reserva o direito de suspender o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isso lhe acarrete encargos financeiros adicionais.

## 8 – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Os recursos necessários aos pagamentos das despesas decorrentes da aquisição destas aquisições, com dotação no orçamento geral do Poder legislativo 2026.

## 9 – DO PRAZO

9.1 – O contrato iniciará sua vigência a partir de sua assinatura e findará em até 30 (trinta) dias, até que se encerre a entrega total dos bens ou conclusão dos serviços.

9.2 – Convocado, a empresa vencedora deverá comparecer à sede da contratante, para a devida prestação do serviço, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, especialmente a prevista no art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

## 10 – DO VALOR ESTIMADO

10.1 O valor estimado para a presente aquisição é R\$ 730,00 (setecentos e trinta reais)

## 11 – MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 12 – FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da contratação será exercida pela seção solicitante, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato,

12.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

## 13 – GESTOR DO CONTRATO

13.1 – O Presidente da Câmara Municipal de Vila Boa, designará um servidor desta Casa, para Gestor do Contrato.

## 14 – PENALIDADES

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 115 c/c art. 156 da Lei nº. 14.133/2021, a Contratada poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Vila Boa/GO, 13 de janeiro de 2026.

---

Votermildo Lopes Ribeiro  
Presidente da CPL